



(<https://focusonthe kingdom.org/>)

## Um Novo Olhar Sobre a Questão do Divórcio e do Novo Casamento

**Título Original (em Inglês):**  
*“Taking Another Look at the Divorce and Remarriage Question”.*

**Tradução (Translation):**  
**Fernando Coutinho Sánchez**  
**(ferjosousan@gmail.com)**  
*Machalí - Osorno, Chile,*  
*setembro de 2024*

Todas as citações bíblicas neste estudo em português foram retiradas da Versão Bíblica Juan Ferreira de Almeida, Corrigida Fiel 2007 (ACF2007). Publicações eletrônicas. — Salvo indicação em contrário. Estas citações estão entre aspas e em caracteres *ITÁLICOS*.

Todas as inserções explicativas do autor dentro de um verso da Escritura são incluídas em [COLCHETES].

Todas as palavras gregas, hebraicas, aramaicas ou outras línguas estão entre aspas, e em caracteres “*ITÁLICOS*” e/ou transliteradas para o português.



O divórcio tornou-se um problema grave e generalizado na sociedade moderna. Famílias desfeitas e lares monoparentais tornaram-se comuns nos dias de hoje. Estima-se que pelo menos metade de todos os casamentos nos Estados Unidos terminem em divórcio. Aqueles de nós que acreditam na Bíblia e sabem que Deus quer que o casamento seja uma relação permanente ficam horrorizados com esta rutura da unidade familiar e com o efeito resultante nas crianças e na sociedade como um todo.

Reagindo a este terrível problema social, alguns cristãos chegaram à conclusão de que não só o divórcio não é permitido nas Escrituras, como o novo casamento após o divórcio é um pecado terrível que não pode ser perdoado a menos que as partes se voltem a casar, desfaçam o casamento e vivem sozinhos ou reconciliam-se com os seus cônjuges originais. Ao chegarem a esta conclusão, passaram a acreditar que Jesus Cristo entendia o termo “divórcio” num sentido que não significava

uma dissolução ou cancelamento do casamento, mas simplesmente uma separação dos cônjuges, com a ideia de que permanecem unidos diante de Deus. um deles morra.

Este artigo procura explorar o que significa o termo “divórcio” na Bíblia e na história da experiência de Israel sob a Lei Mosaica. Procura também determinar se o significado do termo foi alterado no Novo Testamento, especialmente no ensino do Senhor Jesus e do Apóstolo Paulo. A partir deste exame dos dados bíblicos, espera-se que possam ser tiradas conclusões sobre a questão do divórcio e do novo casamento nos nossos dias, particularmente no que se refere aos crentes cristãos cujas vidas foram impactadas ou afetadas pelo divórcio, direta ou indiretamente.

## I. A Etimologia da Palavra “Divórcio”

Examinemos primeiro a palavra hebraica do Antigo Testamento para divórcio. É “*k’rithuth*”, um substantivo derivado do verbo “*karath*”: “cortar, cortar” [*Brown, Driver & Briggs, “Hebrew and English Lexicon of the Old Testament”* (Léxico Hebraico e Inglês do Antigo Testamento)]. Uma revisão dos textos do Antigo Testamento onde este verbo é utilizado mostrará que “cortar” implicava quebrar a ligação entre coisas ou pessoas. Já não estavam unidos: aquilo que os ligava estava agora separado, desmembrado.

Alguns exemplos podem ser examinados. Em *Gênesis 9:11*, o Dilúvio é descrito como tendo “exterminado” as pessoas do mundo para que não pudessem mais viver na terra. Já não estavam ligados à vida ou aos assuntos terrenos, porque tinham morrido. Em *Gênesis 17:14*, o homem hebreu incircunciso é descrito como “cortado” do seu povo, a nação da aliança de Israel. A sua ligação com aquela nação foi cortada porque não recebeu a circuncisão. Estes são apenas dois dos muitos exemplos que poderiam ser citados para mostrar que “*karath*” implica uma ruptura de ligações.

“*K’rithuth*”, então, a palavra hebraica para “divórcio”, implica que o laço matrimonial foi quebrado, desligado ou cortado. A palavra em si não descreve por que razão ou como ocorreu o rompimento, simplesmente que ocorreu. Cabe a várias passagens das Escrituras abordar o como e o porquê.

A palavra grega para “divórcio” no Novo Testamento, “*apostasion*” – frequentemente utilizada no grego “*koiné*” para expressar a ideia de renúncia – “era claramente a palavra mais próxima a ser utilizada para representar a frase hebraica” [*Moulton & Milligan, “The Vocabulary of the Greek Testament”* (O Vocabulário do Testamento Grego)]. Outras ideias sugeridas por esta palavra são “renúncia”, “abandono”, “abdicar dos próprios direitos” [*Arndt & Gingrich, “A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature New Testament and Other Early Christian Literature”* (Um Léxico Greco-Inglês do Novo Testamento e de Outras Literaturas Cristãs Primitivas)].

A etimologia de uma palavra pode ser útil na tentativa de compreender o seu significado e como um meio sugestivo de ver como ela passou a ser usada de uma certa maneira, mas é, em última análise, o uso de uma palavra em si que determina o que ela realmente significa para o pessoas que usam eles usam. Para compreender verdadeiramente o tratamento que a Bíblia dá ao “divórcio”, devemos examinar os textos que o abordam.

## II. Divórcio Perante a Lei: Alienação ou Dissolução?

A primeira menção ao divórcio na Lei de Moisés encontra-se em *Levítico 21:7*. Um padre está proibido de casar com uma mulher “renegada” (KJV), “divorciada” (NIV) do seu marido. A razão apresentada é que um sacerdote tem um ofício sagrado diante de Deus. Também não lhe é permitido casar com uma viúva ou prostituta, mas apenas com uma virgem (*Levítico 21:14*). Mas não existe nenhuma lei no Antigo Testamento que diga que outros homens, homens que não sejam sacerdotes, não possam casar-se com viúvas ou mulheres divorciadas, ou mesmo com prostitutas (Oseias fez isso!).

A filha de um sacerdote, casada com um não-sacerdote, renuncia ao seu direito de comer alimentos sacerdotais, exceto se for viúva ou divorciada e não tiver filhos (*Levítico 22:12*). Além disso, “o tocante ao voto da viúva ou da divorciada, tudo com que se obrigar lhe será válido” pessoalmente (*Números 30:9*), em contraste com os votos e obrigações de uma mulher casada ou de uma jovem que vive na casa do pai (*Números 30:3-8, 10-16*), cujos votos se referem ao seu marido ou pai.

Se um homem toma uma esposa, tem relações com ela, depois decide que não a ama e acusa-a de não ser virgem quando se casou com ela – se as suas acusações se revelarem falsas, não poderá divorciar-se dela enquanto for vivo (*Deuteronómio 22:13-19*). Se um homem violar uma virgem não noiva e for descoberto, deverá pagar uma multa ao pai, casar com a rapariga e “não poderá mandá-la embora durante a sua vida” (*Deuteronómio 22:28, 29*).

Todas estas passagens fazem um claro contraste entre o estado de casado e o estado de divorciado. Uma vez ocorrido o divórcio, as partes já não são consideradas unidas como marido e mulher, e quaisquer responsabilidades que tinham um para com o outro foram “cortadas”. O divórcio libertou-os do relacionamento anterior. Isto não é considerado simplesmente um costume hebraico, mas um ato de legislação de Deus através de Moisés. Que os Judeus entendiam desta forma é claro pela sua prática histórica (que continua até hoje) de reconhecer o vínculo quebrado e dissolvido de uma pessoa divorciada com o seu ex-cônjuge e a liberdade de casar com um novo cônjuge. Na prática judaica, a condição de ser casado e divorciado são consideradas duas condições mutuamente exclusivas.

Mesmo o facto de alguns homens, em situações específicas, terem sido proibidos de se divorciarem das suas esposas, como acima referido, implica que outros homens não estavam sujeitos a essa proibição. Portanto, certos homens não tinham permissão para se divorciar; mas não existe nenhuma lei no Antigo Testamento que estabeleça que os homens que se pudessem divorciar não poderiam voltar a casar.

Neste ponto devemos considerar aquela passagem muito debatida de *Deuteronómio 24:1-4*. A disposição é que um homem “que encontre algo indecente” na sua mulher possa mandá-la embora com uma certidão de divórcio. Com este divórcio poderá então casar com um segundo marido, mas se este também se divorciar dela, não poderá voltar a casar com o primeiro marido. “é abominação perante o SENHOR; assim, não farás pecar a terra que o SENHOR, teu Deus, te dá por herança” (versículo 4).

Apesar de muitos argumentos complicados sobre este texto, não vemos no próprio texto qualquer condenação de um segundo casamento ou das partes nesse casamento. A única proibição referida – e sendo este um pecado detestável a Deus – é a de a mulher divorciada voltar para o seu

ex-marido. Os rabinos entendiam que esta proibição pretendia condenar “a passagem fácil de uma mulher entre um homem e outro, que deve sempre envolver alguma degradação da esposa ideal, podendo levar ao adultério virtual, ainda que observada a formalidade da lei”. [*Soncino Commentary, Pentateuch and Haftorahs*] (Comentário sobre Soncino, Pentateuco e Haftaras), 850].

Jesus, é claro, comentou longamente esta passagem de *Deuteronômio 24*, mas guardaremos a nossa discussão sobre isto até considerarmos o ensino do Novo Testamento como um todo sobre a questão do divórcio e do possível novo casamento. A verdade é que a legislação do Antigo Testamento sobre o assunto não proíbe o divórcio (com apenas duas exceções) nem condena o novo casamento, e consideraríamos um verdadeiro desafio tentar provar o contrário.

O profeta Malaquias fala do divórcio como algo que Deus “odeia” (2:16), embora Ele próprio tenha achado necessário “divorciar-se” da Sua “esposa” Israel por causa dos seus “adultérios” espirituais (*Jeremias 3:8*; ver *Isaías 50:1*) – sendo estes a sua infidelidade a Ele como seu Deus. A história do profeta Oseias demonstra o amor contínuo de Deus pelo seu povo rebelde e a sua intenção de o “casar” novamente consigo mesmo (*capítulo 2*).

Apesar de todas as idolatrias de Israel de perseguir deuses falsos como “amantes” (2:5), a nação nunca abraçou oficialmente qualquer outro além de Yahweh como seu Deus. Na verdade, a grande lição que aprenderam com o exílio, como referem os historiadores, foi que o Deus de Israel era o único Deus verdadeiro. Uma vez que a nação nunca adotou o politeísmo como religião, como fizeram os seus vizinhos, o caminho permaneceu aberto para que um dia se reunissem com o seu “Marido” original. Assim, a grande doutrina da restauração de Israel encontra confirmação no “divórcio” e no “novo casamento” de Deus e da sua antiga nação da aliança. Este é um exemplo notável de como Deus pode tirar o bem do mal, como está implícito em Romanos 8:28 e declarado em *Gênesis 50:20*.

Portanto, os dados do Antigo Testamento sustentam a conclusão de que, ao abrigo da Lei mosaica, o divórcio não era simplesmente um afastamento dos cônjuges, mas antes a dissolução e o cancelamento do vínculo matrimonial. Um exemplo interessante deste facto encontra-se na história daqueles que regressaram à terra de Israel após o exílio (*Esdra 10*). Muitos deles, incluindo sacerdotes, casaram com mulheres estrangeiras (presumivelmente pagãs), contra a Lei (*Deuteronômio 7:1-4*). Foram convidados a divorciar-se deles e a demiti-los. O laço matrimonial foi claramente dissolvido nestes casos, e quem poderá dizer que aqueles homens – agora divorciados – não poderiam casar legalmente com outras mulheres de entre as filhas de Israel?

### III. O Que Disse Jesus Sobre o Divórcio?

No Sermão da Montanha (Mateus 5-7), Jesus falou sobre a questão do divórcio. Em primeiro lugar, alarga o âmbito do adultério para incluir mais do que a união sexual com uma mulher que não seja a esposa. Até mesmo olhar para estas mulheres com luxúria significa que um homem “*no coração, já adulterou com ela*” (5:28). Jesus está preocupado com a condição interior e espiritual do homem, e não simplesmente com o aspeto legalista de um ato exterior. O Senhor continua citando *Deuteronômio 24:1* – “*Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio*” (5:31). Mas acrescenta que o homem que faz isto, a não ser que ela lhe tenha sido infiel, “*a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério*” (5:32).

O estranho nesta afirmação é que parece haver um erro grave por parte daqueles que a traduziram do grego para o inglês. No *versículo 28* Jesus utiliza a forma ativa do verbo “cometer adultério” (“*moicheuo*” ou “*moichao*”), mas no *versículo 32* muda subitamente para uma forma passiva (o infinitivo “*moicheuthenai*” e o finito “*moichatai*”). Alguns comentadores notaram esta mudança e interrogaram-se sobre o porquê de os tradutores e lexicógrafos aparentemente a ignorarem.

*R.C.H. Lenski* comenta que “não há qualquer tentativa de demonstrar que as formas passivas deste verbo têm o mesmo significado que a ativa. Contudo, a passiva “*moicheuthenai*” traduz “cometer adultério” (ativo). Isto é feito acrescentando entre parênteses: “ele fã-la cometer adultério (caso volte a casar)”. Mas este parêntesis é insustentável. Quando é que esta mulher faz o que Jesus diz? No momento em que o marido a expulsa, quer ela volte a casar ou não... Também deveria ficar claro que aqui Jesus castiga o marido que expulsa a sua mulher. De que é a mulher culpada? Jesus não tem qualquer acusação contra ela. Ela é a prejudicada; é o que diz a voz passiva, e ainda para mais com “*poiei*” à frente dela. Jesus mostra aqui contra quem peca este mau marido: primeiro contra a sua esposa inocente e indefesa, e segundo contra qualquer homem que mais tarde consente em casar com ela (daí o segundo “*moichatai*” passivo)” [“*The Interpretation of St. Matthew’s Gospel*” (A Interpretação do Evangelho de São Mateus), 232-33].

Como forma de expressar em inglês o que a voz passiva grega implica neste texto, *Lenski* propõe a tradução: “*Digo-vos que todo o homem que liberta a sua mulher sem causa de fornicção resulta em ela ser estigmatizada como adúltera; e quem se casa com a liberta é estigmatizado como adúltero*”. E acrescenta: “Nada nas palavras de Jesus proíbe tal mulher (ou, se o caso for o contrário, tal homem) de voltar a casar. Tal proibição é muitas vezes assumida, mas, nas palavras do próprio Jesus, é injustificada. É esta suposição que levou à má tradução atual” (pp. 233-34).

O homem que Jesus descreve como alguém que se divorcia da sua esposa nestas circunstâncias “faze-a” cometer adultério, no mesmo sentido que aqueles que não acreditam em Deus “fazem” dele um mentiroso (*1 João 1:10; 5:10*). Deus não é mentiroso em nenhum sentido, mas aparece como tal. Da mesma forma, a mulher não é adúltera, nem o seu segundo marido é adúltero; mas fazem com que pareça assim por causa da ação do seu primeiro marido em assustá-la e fazê-la parecer culpada aos olhos dos outros. Devemos insistir que a afirmação de que ela se torna adúltera através de um suposto segundo casamento deve basear-se naquilo que é de facto uma pura suposição e que tal afirmação não tem em conta as formas passivas do verbo.

*William Luck* concorda com *Lenski* que a passiva sugere um estigma injusto de adultério para a mulher divorciada, mas afirma que há muito mais coisas envolvidas. “O estigma não é a única questão, nem sequer a mais importante, que nos preocupa... Creio que só o infinitivo aoristo passivo é capaz – em tão poucas palavras – de transmitir a ideia tanto de *Malaquias 2* como de *Deuterónimo 22:19*.” Explica: “O contexto leva-nos inexoravelmente à conclusão de que a mulher sofre o crime de adultério em caso de divórcio... Os fariseus consideravam o marido de *Deuterónimo 24:1* como justo e a mulher como culpada e contaminada. Jesus inverteu isto para dizer que o homem que se aproveitou da concessão deuteronómica era culpado de adultério, e a mulher era inocente de culpa moral, embora fosse estigmatizada... A principal intenção tanto de *Deuterónimo 24:1-4* como de *Mateus 5: 31, 32* é proteger a esposa de um marido de coração duro que está traiçoeiramente inclinado a tratá-la como se ela fosse um bem móvel. *Deuterónimo 24* enfatiza a proteção da esposa inocente. *Mateus 5* enfatiza a culpa do marido que se divorcia” [“*Divorce and Remarriage*” (Divórcio e Novo Casamento), pp.108, 109].

## 4. Jesus, os Fariseus e o Divórcio

Em *Mateus 19:1-12* e *Marcos 10:1-12* vemos um dos famosos confrontos de Jesus com os fariseus, desta vez sobre a questão do divórcio. Os comentadores salientam sempre que existiam duas escolas de pensamento entre os fariseus em relação ao divórcio – a de *Hillel*, que permitia a um homem divorciar-se da sua mulher por qualquer motivo, e a de “*Shammai*”, que lhe permitia fazê-lo apenas em caso de adultério dela. Para que Jesus falasse sobre este assunto debatido, perguntaram-Lhe: “É lícito ao homem divorciar-se da sua mulher por qualquer motivo?” Se Jesus dissesse “Sim”, ficaria diretamente do lado dos “hielitas” e, assim, alienaria os “shammaitas”. É claro que Jesus não estava interessado em agradar aos homens, por mais populares ou poderosos que fossem. A sua missão era sempre fazer a vontade de Deus e ensinar e explicar a vontade de Deus a qualquer pessoa que quisesse ouvir.

Uma vez que os fariseus mencionaram a Lei, Jesus lembrou-lhes que muito antes da legislação de *Deuterónimo 24*, a Lei tinha dito que Deus criou o homem e a mulher para serem uma só carne (*Génese 2:24*) – o que implica que a intenção clara de Deus era que o casamento se realizasse. ser um relacionamento permanente. Cristo declara: “*Portanto, o que Deus uniu, ninguém o separe*”. Ao dizer isto, Jesus colocou a ênfase onde ela pertence: não num possível divórcio (a preocupação dos fariseus), mas num casamento duradouro. No entanto, não disse que um homem não pode separar ou separar a relação, mas sim que não deve e não deve. (“Não permitir” é por vezes lido como “não pode” – significando que os humanos simplesmente não podem efetuar um divórcio válido – mas um estudo de outros exemplos de “não permitir” revela que esta é uma interpretação errada; ver, *Gálatas 5 :26; 6:9; Efésios 4:26*).

Isto levanta a questão de saber se Jesus alterou o significado da palavra “divórcio” para que esta deixe de denotar um casamento dissolvido ou cancelado, como acontecia no Antigo Testamento. Não há qualquer indicação nesta passagem de que Ele o esteja a fazer, e seria certamente estranho se o fizesse sem avisar os Seus ouvintes de que o significado da palavra agora mudou. Não, o divórcio significa o que sempre significou. A questão tem realmente a ver com as circunstâncias que permitem ou não o divórcio. Não é justo basear a posição numa suposta mudança de sentido, sem provas.

Os fariseus objetam à ênfase de Cristo na permanência do casamento, citando a “ordem” de Moisés para entregar uma certidão de divórcio. O Senhor deve lembrar-lhes que não foi uma ordem, mas uma concessão: “Moisés permitiu-vos isto”. Não nega que ocorreram divórcios – divórcios válidos que dissolveram casamentos e permitiram novos casamentos. Mas afirma que a razão pela qual esta concessão foi dada foi porque a dureza do coração dos homens a tornou necessária, presumivelmente para proteger as esposas que foram rejeitadas pelos seus maridos sem razões adequadas. Como sempre, o Senhor está mais interessado nos motivos subjacentes – “*os pensamentos e propósitos do coração*” (*Hebreus 4:12*) – do que nos atos exteriores; e Ele está sempre preocupado em proteger os inocentes e os vulneráveis.

Depois acrescenta: “*Mas não foi assim desde o início*”. Resta que o casamento permanente é o ideal de Deus, e o divórcio é uma clara frustração desse ideal. Como tal, é pecado, ou o resultado do pecado num ou em ambos os cônjuges. O problema de Deus com o homem é o problema do PECADO, não importa qual seja esse pecado. Como é que Deus lida com o pecado? Seja perdando-o, através da nossa confissão e arrependimento (*1 João 1:9*), ou destruindo o pecador

na segunda morte. Mas existe apenas um pecado imperdoável (*Mateus 12:31*), e não é o divórcio e o novo casamento.

Jesus continua dizendo que qualquer pessoa que se divorcie da sua esposa e se case com outra mulher é culpada de adultério, a menos que a sua primeira esposa tenha sido infiel (*Mateus 19:9*; textos gregos críticos e versões modernas em inglês omitem as palavras encontradas em AV: “*E aquele que casa com uma mulher divorciada comete adultério*”). Novamente o foco, como em *Mateus 5:32*, está no que um marido faz a uma esposa fiel ao divorciar-se dela. Trai-a, e a implicação é que o faz porque deseja outra mulher e está disposto a livrar-se da esposa para se casar com a outra mulher. Esta traição da sua parte é um ato de adultério. O mesmo aconteceria na sociedade romana antiga e na sociedade americana moderna se uma esposa se divorciasse do seu marido fiel – e é o Evangelho de Marcos que aborda o pecado da traição de uma esposa ao marido ao fazê-lo (*10:12*).

É certo que o relato de *Marcos (10:11)* não contém a cláusula de exceção relativa à infidelidade do cônjuge, contida em *Mateus 5 e 19*, nem *Lucas 16:18*. Mas as exceções nem sempre são acompanhadas de regras gerais. O relato de Lucas, por exemplo, afirma estar a falar da Lei do Antigo Testamento (*versículo 17*) – uma Lei que contém disposições para o divórcio, na verdade exceções à regra geral de que o casamento é vitalício. [O artigo deste escritor, “*Divorce and Remarriage*” (Divórcio e Novo Casamento), desenvolve ainda mais o tópico das exceções em relação às regras gerais.] Não podemos colocar Escritura contra Escritura ignorando as exceções estabelecidas em alguns textos porque não o são noutros.

Portanto, entendemos que Jesus não está a promulgar nova legislação sobre o divórcio, nem está a mudar o significado do divórcio no Antigo Testamento. Afinal, não disse Ele que não veio para abolir a Lei, mas para a cumprir (*Mateus 5:17*)? Em vez disso, como sempre, Ele está a enfatizar quais são os assuntos verdadeiramente importantes e eternos – a intenção espiritual da Lei e o coração interior de um ser humano. Tudo isto envolve os pensamentos, sentimentos e desejos que motivam alguém a fazer o que faz, porque do coração “*flui a vida*” (*Provérbios 4:23*). O marido ou a mulher fiel que foi traído por um cônjuge divorciado (o divórcio dissolveu o casamento) já não está obrigado a esse cônjuge, mas é livre. Notaremos como o apóstolo Paulo desenvolve ainda mais este princípio.

## V. Como É Que Pablo Enfrenta o Divórcio e o Novo Casamento?

Paulo inicia a sua discussão sobre estas questões (*1 Coríntios 7*) com uma consideração vital: “*mas, por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa, e cada uma, o seu próprio marido*” (*versículo 2*). Isto faz eco da decisão do próprio Deus de que “*não é bom que o homem esteja só*” (*Gênesis 2:18*). Se um cristão ficar viúvo sem cônjuge, é-lhe claramente permitido voltar a casar, mas apenas com outro crente (*versículo 39*). A questão agora é se uma pessoa divorciada – e demonstrámos que existe um divórcio que Deus reconhece – pode voltar a casar, pode juntar-se a um novo casal. Paulo reitera o que o Senhor Jesus tinha ensinado: a mulher não deve deixar o marido, e o marido não deve deixar a mulher (*versículos 10, 11*) – isto é, o casamento é para toda a vida. Esta é a regra, baseada no ideal de Deus para o casamento.

Paulo aborda, de seguida, diversas possibilidades que afetam o princípio básico. O que acontece se um dos cônjuges for cristão e o outro não? Se o incrédulo estiver disposto a continuar a viver com o crente, este deve permanecer casado com essa pessoa – o casamento deve ser permanente.

Mas se o incrédulo abandona o crente, deixe-o ir. “Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz” (versículo 15). Mas o que quer Paulo dizer com “sujeito”?

Notámos no versículo 2 que ele iniciou a sua discussão apontando que o problema da imoralidade e o impulso natural para ter uma união sexual dita que todo o homem deve ter uma esposa e toda a mulher um marido (a não ser que, como Jesus e Paulo salientaram, tais pessoas tenham o dom do celibato, *Mateus 19:10-12; 1 Coríntios 7:7-9*). Ficar viúvo liberto certamente o marido ou a mulher de estar vinculado ao cônjuge falecido (versículo 39). Mas no versículo 15 Paulo diz que o abandono também significa que o casal cujo cônjuge se foi embora já não está “ligado” a esse cônjuge, ou seja, o divórcio, que dissolve ou cancela o casamento, está agora disponível. Isto implica que o homem abandonado está agora livre para casar com outra, pois “cada um tem a sua mulher, e cada um tem o seu marido”. Em tais circunstâncias, é cruel insistir que um cônjuge que partiu deve viver sem companheiro a partir de agora, a menos que consiga de alguma forma fazer com que o cônjuge que faleceu regresse.

No versículo 27, Paulo descreve alguém que está “ligado à sua mulher” e aconselha a não procurar desligar-se, isto é, divorciar-se (NVI); obviamente, ninguém procuraria enviuvar. Depois diz: “Está livre da sua esposa? Não procure uma esposa”. Os verbos que utiliza e os tempos desses verbos mostram que está a contrastar o estado de ser casado (“*dedesai gunaiki*” – “Estive apegado a uma esposa”) com o estado de ser divorciado, uma vez que “*lelusai apo gunaikos*” na sequência imediata diz: “Foste libertado de uma esposa?” (Gramaticamente e neste contexto imediato não pode significar “És uma pessoa que nunca foi casada?”, pois por vezes é mal traduzido.) “Não procures [outra] esposa. Mas então ele diz, no versículo 28: “Mas, se te casares, com isto não pecas”. O seu conselho geral no contexto é evitar o casamento, se possível, e não procurar outro cônjuge, “por necessidade” (versículo 26). visto; e se o fizerem, Paulo diz que “não pecaram”.

O versículo 39, que fala do novo casamento das viúvas, não pode ser usado para ensinar que a única circunstância que dissolve um casamento é a morte, pois Paulo diz que é “a esposa” (não a divorciada) que está vinculada pela lei a ela, enquanto eu viver. Não menciona neste ponto, como fez no versículo 27, aqueles que se divorciaram e, por isso, já não são “marido” e “esposa” um do outro. O mesmo é verdade na sua ilustração de *Romanos 7:2, 3*. A lei em cada caso é aquela que Deus deu no início – no sentido de que o casamento deve ser permanente. A exceção a esta permanência, aqui referida, é a morte, que quebra o vínculo matrimonial. A exceção que não é aqui mencionada, mas que é mencionada noutro lugar, é o divórcio válido – que, tal como a morte, na verdade rompe ou dissolve o vínculo matrimonial!

## VI. Conclusão

É óbvio que um pequeno artigo dificilmente pode começar a considerar todas as questões relacionadas com o divórcio e o novo casamento – mesmo com base apenas nas Escrituras – e muito menos em relação às considerações e problemas legais e sociais atuais. O escritor não afirma ter respondido a todas as questões ou abordado muitos assuntos relacionados, pois mesmo os livros mais longos sobre o tema não foram capazes de o fazer. A nossa tentativa foi simplesmente “dar uma vista de olhos” ao tema e apontar algumas questões que possam ter passado despercebidas.

Parece claro que a Bíblia revela algo chamado divórcio válido – um divórcio que permite um novo casamento – enquanto, ao mesmo tempo, as Escrituras insistem que Deus deseja e pretende



que o casamento seja uma relação permanente. O divórcio, como todos os outros problemas humanos, é o resultado do pecado; mas o Deus de toda a graça sabe como lidar com o pecado do homem à maneira compassiva e amorosa de um Salvador, bem como – em última análise – à maneira estrita de um Juiz.

A responsabilidade da Igreja é manifestar ambos os lados do carácter de Deus – por um lado, ajudar mostrando compaixão, compreensão e amor incondicional àqueles que estão a lutar com problemas de um casamento infeliz, ou com um divórcio, ou com um sentimento de culpa. precisar. voltar a casar; por outro lado, para deixar claro que Ele se entristece com os maridos ou esposas que tratam o cônjuge com traição, pois essa traição deve trazer consigo o julgamento de Deus, se Ele não se arrepender dela.

Não é necessário nem bíblico que a Igreja adote uma política livre e fácil em relação ao divórcio e ao novo casamento, por um lado, nem a aplicação de uma proibição absoluta, por outro. Deus encontra as pessoas exatamente onde as encontra e, a partir daí, muda as suas vidas para melhor; Nós, como crentes, recebemos a mesma responsabilidade. Estaremos em melhor posição para lidar com os problemas do divórcio e do novo casamento se não só compreendermos o que a Bíblia ensina nestas áreas, mas também se implementarmos este ensinamento com grande amor e paciência – evitando o legalismo e o julgamento que apenas afasta as pessoas.

## **Bibliografia**

**Cohen, A.**, ed., *“The Soncino Books of the Bible: Pentateuch and Haftorahs”* (Os Livros Soncino da Bíblia: Pentateuco e Haftaras), Soncino Press, 1952.

**Dobson, Edward**, *“What the Bible Really Says About Marriage, Divorce and Remarriage”* (O Que a Bíblia Realmente Diz Sobre Casamento, Divórcio e Novo Casamento), Fleming Revell, 1986.

**Duty, Guy**, *“Divorce and Remarriage”* (O Divorcio y As Segundas Nupcias), Bethany House, 1983.

**Efird, James**, *“Marriage and Divorce”* (Matrimonio e Divorcio), Abingdon, 1985.

**Ellisen, Stanley**, *“Divorce and Remarriage in the Church”* (O Divorcio e as Segundas Nupcias na Igreja), Zondervan, 1980.

**Heth, William, and Wenham, Gordon**, *“Jesus and Divorce”* (Jesus e o Divorcio), Hodder and Stoughton, 1984.

**House, Wayne**, ed., *“Divorce and Remarriages: Four Christian Views”* (Divorcio y segundas nupcias: Quatro visões cristãs), InterVarsity, 1990.

**Keener, Craig**, *“... And Marries Another”* (... E casa-se com outro), Hendrickson, 1991.

**Laney, J. Carl**, *“The Divorce Myth”* (OMito do Divorcio), Bethany House, 1981.

**Lenski, R.C.H.**, *“The Interpretation of St. Matthew’s Gospel”* (A Interpretação do Evangelho de São Mateus), Wartburg Press, 1943.

**Luck, William**, *“Divorce and Remarriage: Recovering the Biblical View”* (Divorcio y Segundas Nupcias: Recuperando o Ponto de Vista Bíblico), Harper & Row, 1987.

**MacArthur, John**, *“On Divorce”* (Sobre o Divorcio), Moody Press, 1983.

**Murray, John**, *“Divorce, Presbyterian & Reformed Pub”* (Divorcio, Pub Presbiteriano e Reformado)., 1961.

**Richards, Larry**, *“Remarriage: A Healing Gift from God”* (Segundas Núpcias: Um presente de cura de Deus), Word Books, 1981.